

## Despreparo e desrespeito marcam transição sem diálogo, denunciam servidores da Funasa

A Condsef/Fenadsef realizou uma plenária virtual com servidores da Funasa nessa sexta-feira, 14. Representantes da categoria em todo o Brasil denunciaram o despreparo e desrespeito que estão marcando o processo de transição sem diálogo desde a publicação da Medida Provisória (MP) 1.156/23, assinado pelo presidente Lula ainda no dia 1º de janeiro e publicada no dia 2 no Diário Oficial da União.

De lá pra cá, a Confederação e suas entidades filiadas promovem uma campanha contra a extinção do órgão e em defesa de sua reestruturação. Reuniões com representantes do governo e também parlamentares têm feito parte do processo de luta em defesa do órgão. A suposta baixa execução da Funasa, um dos pontos apresentados como justificativa para publicação da MP, é rebatida com indicadores que devem ser melhor avaliados pelo governo. "Fica evidente que o caminho para o atendimento das metas estabelecidas para universalização do saneamento passa pelo fortalecimento da Funasa como instituição", aponta trecho do manifesto dos servidores.

A categoria ainda destaca que a Funasa passou por um processo intenso de desmonte e mesmo assim segue desenvolvendo sua missão e implantando políticas públicas importantes a centenas de municípios brasileiros, além do atendimento a áreas rurais, comunidades quilombolas e indígenas. Servidores reforçam também que a Funasa "contempla, em seu quadro, profissionais com formação que se coadunam com a necessária interrelação entre as políticas de saúde, saneamento e meio ambiente, como preveem as respectivas Políticas setoriais".

São esses profissionais que denunciam também a forma desrespeitosa e mencionam estar preocupados com o cenário de transição aos ministérios da Saúde, Cidades e Gestão. Muitos servidores dizem ouvir em seus estados que falta preparo para que sejam acolhidos. Desligamento de luz e água, além da falta de material básico estão entre as reclamações.

Recentemente, o Ministério das Cidades em ato administrativo solicitou que fossem pintadas estruturas como caixas d'água em que estivesse escrito o nome do órgão na sede em Brasília. "Não se pode apagar um órgão da importância da Funasa sem o devido preparo e tratando os servidores da forma como está acontecendo", pontua Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. Sérgio relata que na última audiência pública no Senado que teve como pauta a extinção da Funasa, até mesmo a participação de servidores foi impedida. "A chamada Casa do Povo deve abrir as portas para que os servidores da Funasa possam levar também sua versão sobre essa situação", pontuou.

Na próxima terça, 18, às 10 horas, está prevista uma nova audiência pública no Congresso Nacional. A expectativa é de que os servidores possam acompanhar e participar dos debates sobre seu órgão. "Muitos trabalham há mais de 30, 40 anos e dedicaram suas vidas à Funasa, o mínimo que espera é respeito", frisou Sérgio Ronaldo. No dia 25 de abril é esperada votação do parecer sobre a MP 1.154/23 na Comissão Mista que tem conexão com o processo de extinção da Funasa.

A categoria segue mobilizada e debatendo os próximos passos na luta contra a extinção e em defesa da reestruturação da Funasa. "Apesar de o governo afirmar que nada será feito sem o consentimento dos servidores envolvidos, esse é um processo que desde o início está sendo conduzido de forma unilateral pelo governo", criticou o secretário-geral da Confederação e que é também servidor aposentado da Funasa.

Fonte: Condsef



### Fentect realiza Plenária Regional para a escolha de delegados e delegadas ao 14º Contect

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect) realiza no próximo dia 20, uma Plenária Regional em São Luís, com primeira chamada às 19h e em segunda e última chamada às 19:30h, na sede do Sindsep/MA.

Na pauta da Plenária estão os seguintes pontos: eleição de delegados e delegadas ao 14º Contect e ao Encontro Nacional de mulheres, que serão realizados 29 de junho a 1º de julho, em Brasília.



## Congresso vota PL do governo Lula para pagar piso da enfermagem a partir de maio

Depois de uma longa luta que durou anos, os trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem finalmente podem começar a receber o piso nacional da categoria, já a partir de maio. Isto porque nesta terça-feira (18), deve ir à votação no Congresso Nacional em regime de urgência o Projeto de Lei (PLN), do governo Lula (PT), que abre um espaço fiscal de 7,3 bilhões de reais no orçamento para pagar o mínimo da categoria.

O governo optou por um projeto de lei que deve ser votado pelos deputados e senadores durante sessão conjunta prevista para esta terça-feira, para evitar o trâmite de uma Medida Provisória (MP), alvo de embates sobre o seu rito, entre Câmara e Senado, o que poderia atrasar ainda mais o pagamento.

A manobra busca apressar a análise do texto na Comissão Mista de Orçamento junto à proposta que trata do reajuste de 9% a servidores públicos federais.

A reportagem da Carta Capital apurou que o PLN do governo não prevê pagamento

retroativo aos profissionais da enfermagem. O montante destinado ao mínimo da categoria virá do fundo social do pré-sal, formado por receitas arrecadas em áreas partilhadas com a iniciativa privada.

A União custeará as despesas com a complementação do excedente orçamentário dos estados, municípios, entidades filantrópicas e redes particulares que possuem o mínimo de 60% dos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde.

### Entenda o caso

O PL 2564/2020, chamado PL da Enfermagem, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), foi aprovado pelo Congresso Nacional, no ano passado, mas não indicava a fonte dos recursos, gerando insegurança jurídica. Isso porque, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que projetos que criam despesas obrigatórias sejam acompanhados da indicação da origem dos recursos para bancar a proposta.

Diante desse impasse o ministro do Supremo Tribunal Fe-

deral (STF), Luís Roberto Barroso, suspendeu o pagamento do piso para atender a um pedido da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos de Serviços (CNSaúde), que ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7222. A entidade alega riscos à empregabilidade e à rede de saúde por conta do aumento dos custos que deve acompanhar a efetivação do piso.

O valor do piso da enfermagem prevê de R\$ 4.750 para enfermeiros e enfermeiras; R\$ 3.325 para técnicos e técnicas de enfermagem e R\$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras.

Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Confen), são mais de 2,6 milhões de trabalhadores ativos no Brasil nos quatro segmentos da enfermagem, sendo 642 mil enfermeiros, 1,5 milhão de técnicos, 440 mil auxiliares e 440 parteiras. A entidade alerta que o profissional pode ter registro em mais de um segmento.